

POLÍTICA DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES E PROJETOS SOCIAIS, MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Política de Monitoramento e Prestação de Contas pelas instituições apoiadas por Empresas no âmbito de seus investimentos sociais para a maior equidade racial nos campos educacional e profissional compreenderá um compilado de boas práticas e condicionantes a serem incluídos nos Termos de Doação firmados entre a empresa e/ou seu instituto empresarial (“Investidor Social”) e as organizações da sociedade civil contempladas com apoio financeiro para a execução de projetos e programas. A seleção das organizações da sociedade civil ou atividades (“Organizações”) deverá seguir, a sua vez, o Manual de Seleção e os instrumentos acessórios de seleção por edital ou seleção ativa definidos.

a) Prestação de Contas: Monitoramento Técnico e Financeiro de Execução de Projetos

O conceito de prestação de contas remete aos relatórios que proporcionam transparência para a relação entre um Investidor Social e as Organizações por ele apoiadas. São informações que ajudam no acompanhamento dos compromissos firmados no contrato de doação de recursos e contribuem para a construção de uma relação de confiança entre as partes.

Assim como a conformidade com as leis vigentes, o processo de prestação de contas, acompanhamento de atividades e a transparência das Organizações apoiadas financeiramente são elementos valorizados pelas corporações empresariais e determinantes no processo de tomada de seleção e decisão. Desse modo, os contratos de doação deverão estar constituídos por cláusulas de adequação das Organizações escolhidas aos padrões de transparência exigidos por cada Investidor Social.

A prestação de contas técnica e financeira dos projetos e programas financiados será de responsabilidade das Organizações. Nesse sentido, o Termo de Doação poderá conter sanções às Organizações que não prestarem as devidas contas sobre a execução dos projetos, podendo ser suspensos os repasses financeiros ou mesmo solicitado o seu reembolso.

O processo de monitoramento técnico e financeiro contará com as seguintes atividades:

- Comunicação contínua com os parceiros;
- Monitoramento telefônico e eletrônico conforme demanda;
- Análise de relatório narrativo e de relatório financeiro periódico;
- Análise de KPIs;
- Encaminhamento de solicitações pelas Organizações (alteração orçamentária, mudança de atividades, prorrogação dos repasses, etc.);

- Visita de monitoramento, sempre que houver necessidade

A submissão de documentos para o correto monitoramento dos projetos deverá ser feita com periodicidade e em formato definidos no Termo de Doação. A submissão de planilhas e relatórios gerenciais poderá seguir modelos padronizados para cada tipo de atividade contratada, que deverão constar em anexo ao Termo de Doação e/ou publicado em sítio web do Investidor Social e/ou sua plataforma de gestão de doações.

A seguir, são apresentados os conceitos de Relatório Narrativo, Relatório Financeiro e de KPIs, que poderão constar, com menor ou maior complexidade, no processo de prestação de contas a ser definido no Termo de Doação.

b) Relatório Narrativo

O relatório narrativo é uma forma de dar visibilidade ao status da implantação das atividades previstas no escopo do projeto. É comum, principalmente em projetos de longa duração, que projetos passem por necessidades de ajustes de escopo e de cronograma. Por mais consistente que tenha sido o planejamento do projeto, há fatores internos e externos que podem influenciar positiva ou negativamente a condução de um projeto. Assim, ainda que revisões e adaptações de escopo e prazos serão normais, é boa prática que o Investidor Social seja informado e acompanhe as mudanças propostas pelas Organizações.

O quadro abaixo mostra um exemplo de modelo de relatório narrativo. Nele, são detalhadas as frentes de trabalho de um projeto, as atividades que compõe cada uma delas e o cronograma previsto para sua realização. Adicionalmente, é informado o status atual para cada atividade, a data prevista para sua conclusão e eventuais riscos e comentários pertinentes.

Frente	Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Status	Cronograma	Previsão de Conclusão	Comentários
A	Atividade 1	x	x	x			Em andamento	No prazo	Mês/ano	
	Atividade 2		x	x	x	x	Não iniciada	No prazo	Mês/ano	
B	Atividade 1	x	x	x	x	x	Concluída	Em atraso	Mês/ano	
	Atividade 2				x	x	Concluída	No prazo	Mês/ano	

Usualmente, além desse quadro resumo, os relatórios narrativos também apresentam uma sessão mais descritiva e qualitativa, onde a organização comenta sobre os acontecimentos relevantes ocorridos desde o último relatório e aponta pontos de aprendizado, imprevistos, riscos e decisões relevantes em relação ao projeto. É bastante comum que também haja um anexo final com fotos, depoimentos, registros

e documentos de apoio, podendo constar também os indicadores de monitoramento, evidenciando os produtos intermediários e os resultados entregues pelo projeto.

c) Relatório Financeiro

O relatório financeiro dá informações relativas a como os recursos doados estão sendo gastos pela Organização. Durante o processo de seleção de projetos, é boa prática que a Organização apresente um orçamento detalhado do projeto, explicitando em que tipos de despesas internas ou externas, os recursos serão investidos ao longo do desenvolvimento do projeto a ser financiado.

No quadro abaixo, apresentamos um exemplo de um modelo de relatório financeiro. Como podemos verificar, para cada uma das frentes de trabalho do projeto, são apresentadas as rubricas (naturezas de despesa) previstas e os valores orçados para cada uma delas. Outra informação passível de inclusão no relatório financeiro é a previsão de desembolsos, ou seja, as datas ou meses nos quais as Organizações planejam efetivar cada gasto - esse é um recurso que permite acompanhar se o orçamento está sendo consumido na velocidade planejada e, também, pode servir como base para que o Investidor Social defina no termo de doação os repasses financeiros em parcelas sem prejudicar a liquidez da Organização.

Frentes	Rubricas	Valores Orçados	Previsão de Desembolso	Status	Valor real desembolsado	Total orçado	Total realizado	Variação	Justificativas
A	Rubrica 1	R\$	Mês/ano	Realizado	R\$	R\$	R\$	%	
	Rubrica 2	R\$	Mês/ano	Não realizado	R\$	R\$	R\$	%	
B	Rubrica 1	R\$	Mês/ano	Realizado	R\$	R\$	R\$	%	
	Rubrica 2	R\$	Mês/ano	Realizado	R\$	R\$	R\$	%	

Faz-se importante o acompanhamento de eventuais discrepâncias entre o valor orçado e o valor real desembolsado de cada despesa ou de cada fase do projeto. Tal fator demonstrará a capacidade de planejamento da Organização e poderá alertar para possíveis riscos e pontos de atenção em relação à capacidade da Organização finalizar o projeto dentro do orçamento disponível. Em caso de variações grandes entre valor orçado e realizado, é recomendável que a Organização forneça uma justificativa para tal, bem como um plano de como essa despesa em excesso será compensada ou complementada para não prejudicar a implantação das etapas futuras.

d) Levantamento de KPIs

KPI é a sigla para o termo, na língua inglesa, para *Key Performance Indicator* que é considerada uma “técnica de gestão para monitorar o desempenho de atividades, processos, projetos e pessoas.” Os indicadores definidos pelo Investidor Social

constituirão ferramentas mensuráveis e/ou quantitativas que correspondam à concretização dos resultados previstos no objetivo do projeto ou programa.

A submissão de indicadores de performance para o Investidor Social poderá ser feita não só durante o período de apoio financeiro, mas também posteriormente, no que o Termo de Doação poderá prever a obrigatoriedade de envio dessas informações. O levantamento desses dados é de suma importância para a mensuração - presente ou futura - do impacto dos investimentos sociais.

MANUAL DE SELEÇÃO E VALIDAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS

Este manual visa sistematizar processos e boas práticas para a seleção de programas e projetos pelo Investidor Social.

A seleção de Organizações deverá estar alinhada com a missão, visão e valores do Investidor Social e, no âmbito do protocolo ESG sugerido, tendo como propósito a busca por maior equidade racial através do investimento em educação e inserção no mercado de trabalho.

1. Perfil das Organizações a serem apoiadas dentro do novo protocolo ESG: possíveis campos de atuação, natureza e de impacto

Causa

Tendo em vista o protocolo ESG sugerido e a priorização de intervenções relacionadas à provisão de educação pública e privada e inserção profissional da população negra, poderão ser selecionadas para apoio financeiro as instituições privadas sem fins lucrativos ou projetos sociais com atuação nas seguintes áreas e atividades (não exaustivo):

- a) Primeira Infância (0-6 anos)
 - a. Operação direta de creches e berçários de acesso gratuito
 - b. Provisão de gratuidades em creches e berçários privados
 - c. Apoio à gestão pública e desenvolvimento de políticas públicas
- b) Educação Básica (Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio)
 - a. Operação direta de escolas de acesso gratuito
 - b. Provisão de bolsas de estudo integrais em escolas privadas
 - c. Operação direta de atividades de reforço escolar junto a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social (de escolas públicas ou bolsistas integrais de escolas privadas)
 - d. Operação direta de atividades de contraturno vinculadas ao esporte, à cultura, ao desenvolvimento de competências socioemocionais, cívicas e vocacionais

- junto a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social (de escolas públicas ou bolsistas integrais de escolas privadas)
 - e. Provisão de materiais, serviços e suporte financeiro direto junto a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social (de escolas públicas ou bolsistas integrais de escolas privadas)
 - f. Treinamento e formação continuada de professores, coordenadores e diretores de escolas públicas
 - g. Apoio à gestão de escolas públicas
 - h. Apoio à gestão pública e desenvolvimento de políticas públicas
- c) Educação Superior
- a. Operação direta de universidades de acesso gratuito
 - b. Provisão de bolsas de estudo integrais em universidades privadas
 - c. Provisão de materiais, serviços e suporte financeiro direto junto a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social (de universidades públicas ou bolsistas integrais de universidades privadas)
 - d. Apoio à gestão de universidades públicas
 - e. Apoio à gestão pública e desenvolvimento de políticas públicas
 - f. Endowments de Universidades Públicas e Filantrópicas
- d) Ensino Técnico e Vocacional
- a. Operação direta de cursos e centros de formações técnicas e vocacionais de acesso gratuito
 - b. Provisão de bolsas de estudo integrais em cursos e centros de formações técnicas
 - c. Endowments de Institutos Técnicos Públicos e Filantrópicos
- e) Provisão gratuita de formações para o desenvolvimento de competências socioemocionais (soft skills) voltadas ao exercício profissional
- f) Provisão gratuita de formações para o desenvolvimento de competências técnicas (hard skills) voltadas ao exercício profissional
- g) Apoio à inserção ou recolocação profissional da população negra

Para a identificação e enquadramento das Organizações, projetos e programas em algumas das áreas e atividades acima, poderão ser utilizados:

- Cadastro realizado junto ao *MAPA DAS OSCs* disponibilizado no sítio web do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (<https://mapaosc.ipea.gov.br/consultar.html>), com destaque para o seu enquadramento dentro dos *ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* de números 4 (Educação de Qualidade) e 8 (Emprego Decente e Crescimento Econômico)
- Estatuto Social
- Visita de Campo

Além do enquadramento nas áreas de atuação e atividades elencadas acima, os investimentos sociais deverão ser destinados a programas e projetos executados exclusivamente ou majoritariamente em benefício de pessoas de etnia negra (pretos ou pardos).

Natureza

Quanto à natureza das Organizações executoras dos projetos e programas apoiados com o investimento social, elas poderão ser:

- Organizações da Sociedade Civil com natureza jurídica de Associação
- Organizações da Sociedade Civil com natureza jurídica de Fundação
- Cooperativas
- Negócios de impacto socioambiental e empresas do Sistema B
- Iniciativas da própria empresa, desde que as atividades sejam orientadas exclusivamente ou majoritariamente ao público negro (não incluindo os pertencentes ao quadro de colaboradores da empresa)

Impacto

É boa prática para o investimento social corporativo o apoio a organizações que tenham executado ou executem continuamente avaliações de impacto de suas atividades sociais, de modo a possibilitar o reporte dos impactos alcançados para os variados stakeholders do Investidor Social como colaboradores, executivos, clientes, fornecedores e instâncias governamentais.

Na tabela abaixo, reproduzimos as técnicas consagradas pela literatura de avaliação de impacto e que poderão ser utilizadas pelas organizações.

Metodologias e ferramentas para avaliação de investimentos sociais

Metodologias e Ferramentas	Objetivo	Etapa do Ciclo do Investimento Social*	Investimento (tempo e recursos)	Precisão	Comparabilidade entre projetos	Referência
Métricas padronizadas e certificações						
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Global Impact Investing Report System (GIIRS)</i> • <i>Impact Reporting and Investment Standards (IRIS)</i> • Avaliação de Impacto B 	Apoiar a transparência, credibilidade e responsabilidade nas práticas de mensuração do investimento corporativo de impacto	3. Monitoramento do Impacto	Baixo	Baixo	Alto	https://iris.thegiin.org/guide/getting-started-guide/summary https://iris.thegiin.org/metrics http://bimpactassessment.net/pt-pt
Indicadores de resultados previstos na Teoria de Mudança*						
• Modelo Lógico	Descrever o processo desejado para o impacto social, com uso de modelo lógico	1. Estimativa do Impacto 2. Planejamento do Impacto	Baixo	Varia de acordo com os indicadores definidos*	Médio	http://www.theoryofchange.org/
Desenhos quase experimentais						
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Difference in differences</i> • <i>Matching (Propensity Score Matching)</i> • <i>Regression Discontinuity Design (RDD)</i> • <i>Instrumental Variables</i> 	Estudar o impacto através da utilização de grupos de tratamento e de controle – sem designação aleatória	1. Estimativa do Impacto 4. Avaliação do Impacto	Alto	Alto	Baixo	https://redeitausocialdeavaliacao-producao.s3-sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/LIVRO_Av_Economica_2e_20160301_20170123.pdf
Retorno esperado; Análise custo-benefício						
• <i>Social Return on Investment (SROI)</i>	Estudar o impacto de um projeto ou programa, relacionando os benefícios (sociais, ambientais) do investimento com o seu custo	1. Estimativa do Impacto 3. Monitoramento do Impacto 4. Avaliação do Impacto	Médio	Médio	Médio	http://idis.org.br/wp-content/uploads/2016/09/GUIA_SROI_PT_2.pdf
Métodos experimentais						
• <i>Randomized Control Trials (RCT)</i>	Estudar o impacto através da utilização de grupos de tratamento e de controle – com designação aleatória	1. Estimativa do Impacto 4. Avaliação do Impacto	Alto	Alto	Médio	https://redeitausocialdeavaliacao-producao.s3-sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/LIVRO_Av_Economica_2e_20160301_20170123.pdf

Fonte: IDIS (2018). *Avaliação de Impacto Social metodologias e reflexões* (2018). Disponível em: https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Artigo_Avaliacao_Impacto_Social_06.pdf

A realidade brasileira, no entanto, não permite a grande parte das organizações realizarem avaliações de impacto de suas atividades, tendo em vista a falta de recursos para a dedicação de pessoal próprio ou contratação de consultorias para este fim.

De modo a não excluir a maioria das organizações da possibilidade de receber apoio financeiro, sugere-se também a busca por avaliações de impactos de projetos sociais congêneres no Brasil ou mesmo em outros países do Mundo. Para tal consulta, recomendamos as revisões sistemáticas da literatura internacional (*systematic review*) de intervenções na área educacional como as disponibilizadas pelo International Initiative for Impact Evaluation - 3ie em seu site⁹², o ranking de práticas educacionais

⁹² <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/publications/systematic-reviews>

Como exemplo, recomendamos a revisões sistemáticas:

- 03 - *Interventions in developing nations for improving primary and secondary school enrolments* (disponível em: <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/publications/systematic-reviews/interventions-developing-nations-improving-primary-and>)

com impacto comprovado sobre a aprendizagem elaborado por John Hattie⁹³, por bem como o repositório de avaliações SROI - Social Return on Investment constante do site da Social Value UK⁹⁴.

Por último, é recomendável checar também o enquadramento da Organização (quando uma organização da sociedade civil) em algumas das metas previstas nos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de números 4 (Educação de Qualidade) e 8 (Emprego Decente e Crescimento Econômico).

Nas próximas seções abordaremos os processos possíveis de seleção de programas e projetos, bem como detalharemos as etapas de validação documental e, quando cabível, de visita a organizações.

2. Processo de Seleção de Programas e Projetos

As Organizações poderão ser selecionadas por meio de Processo de Prospecção Ativa ou Edital ou por métodos próprios de seleção.

- **Edital:** desenvolvimento e divulgação de edital aberto a um grande número de organizações, com delimitação geográfica e/ou temática e o estabelecimento prévio de critérios de seleção de interesse do Investidor Social.
- **Prospecção Ativa:** quando o Investidor Social busca e propõe apoio financeiro diretamente às organizações de interesse.

Prospecção ativa

A prospecção ou seleção ativa se dá por meio da busca e/ou recebimento, análise e validação de propostas de projetos pela equipe do Investidor Social ou por instituição contratada para o processo de prospecção.

Após abordagem, o proponente deve preencher um Formulário de Interesse de Projeto que, mediante análise, deverá ser encaminhado para apresentação e discussão junto às instâncias técnicas e decisórias constituídas, seguindo o fluxo de etapas elencadas abaixo:

- i. Proposição: indicação de organização ou projeto
- ii. Pesquisa, solicitação e análise documental:
 - Levantamento de informações
 - Análise de informações públicas
 - Validação Documental

-
- 21 - *The effects of school-based decision making on educational outcomes in low and middle income contexts* (disponível em: <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/publications/systematic-reviews/effects-school-based-decision-making-educational>)
 - 24 - *Interventions for improving learning outcomes and access to education in low- and middle income countries* (disponível em: <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/publications/systematic-reviews/interventions-improving-learning-outcomes-and-access>)

⁹³ <https://visible-learning.org/hattie-ranking-influences-effect-sizes-learning-achievement/>

⁹⁴ <http://www.socialvalueuk.org/report-database/>

- Realização de visita de campo e entrevista com liderança (quando cabível)
- iii. Relatório de Candidaturas, análise e aprovação por instância decisória
- iv. Negociação de condições com Organizações (valores, prazos, prestação de contas e demais cláusulas contratuais)
- v. Assinatura de Termo de Doação
- vi. Desembolso dos recursos
- vii. Prestação de contas: monitoramento técnico e financeiro
- viii. Revisão e Aprovação (com ressalvas ou não) da prestação de contas

Edital

Com a exceção das etapas iniciais, a seleção por edital é muito semelhante ao processo de escolha ativa nas etapas de validação, aprovação e negociação, monitoramento e avaliação. Sua ordem lógica pode ser resumida conforme as etapas abaixo:

- i. Definição de orçamento, diretrizes e características do Edital
- ii. Publicação do Edital
- iii. Candidaturas
 - Recebimento
 - Análise de informações públicas
 - Validação Documental
 - Realização de visita de campo e entrevista com liderança (quando cabível)
- iv. Relatório de Candidaturas, análise e seleção dos contemplados por instância decisória
- v. Negociação de condições com Organizações contempladas (valores, prazos, prestação de contas e demais cláusulas contratuais)
- vi. Assinatura de Termo de Doação
- vii. Desembolso dos recursos
- viii. Prestação de contas: monitoramento técnico e financeiro
- ix. Revisão e Aprovação (com ressalvas ou não) da prestação de contas

3. Processo de Validação Documental

O processo de validação refere-se a uma verificação realizada por investidores para garantir que as organizações que irão apoiar estão em conformidade com suas obrigações financeiras, regulatórias e estatutárias. Essa checagem deverá ser realizada antes da formalização de qualquer contrato de doação, para evitar o repasse de

recursos financeiros para organizações que apresentem qualquer tipo de irregularidade ou risco financeiro, judicial ou reputacional.

Apresentamos a seguir alguns documentos utilizados para o processo de validação documental.

CNPJ

O nº do CNPJ é a informação mais importante no processo de validação pois é a partir deste que se torna possível o acesso e a consulta a diversas informações imprescindíveis para a validação de organizações.

A partir da consulta ao CNPJ de uma organização, é possível obter informações básicas como:

- Número da inscrição.
- Se é uma Matriz ou Filial.
- Tempo de existência da organização (data de abertura).
- Nome da empresa.
- Nome fantasia, se houver.
- Código e descrição da atividade econômica principal.
- Código e descrição das atividades econômicas secundárias.
- A sua natureza jurídica (fundação ou associação).
- A localização da organização (importante, principalmente, se a seleção das organizações tem como critério regiões específicas).
- Status de pendências frente a Receita Federal (situação cadastral).

A consulta pode ser realizada no sítio web da Receita Federal.

Certidão Negativa De Crédito (CND)

A Certidão Negativa de Crédito é um documento emitido em âmbito federal, cujo objetivo é comprovar a inexistência de pendências frente a Receita Federal. Sua emissão é realizada a partir do número do CNPJ e a sua consulta permite a verificação do status de pagamento de todos os impostos federais.

A CND Federal possui validade de 6 meses. No entanto, se dentro deste período a organização criar alguma pendência com a Receita, esta organização perderá a sua certidão de modo automático.

Ao realizar a consulta à CND de uma organização através de seu CNPJ, caso esta possua pendências com a Receita Federal a busca resultará em uma mensagem orientando a realização do contato direto com a Receita. Neste caso, é preciso conversar diretamente com a organização, a fim de compreender se já houve encaminhamento para resolução da dívida e solicitar os comprovantes da formalização da negociação com o órgão federal.

A ocorrência de indicação de certidão positiva com efeitos de negativa indica que a organização em questão possuía pendências junto à Receita, porém que já está em

processo de resolução. Em outras palavras, a organização se encontra em situação regular, porém, com ressalvas.

A consulta pode ser realizada no sítio web da Receita Federal.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas trata-se de documento que comprova a inexistência de pendências da organização perante a Justiça do Trabalho, e também pode ser acessada por meio do CNPJ.

Assim como a Certidão Negativa de Crédito (CND), a CNDT também pode indicar status de irregularidade (CNDT positiva) ou a existência de um processo em resolução (CNDT positiva com efeito de negativa).

A consulta pode ser realizada no sítio web do Tribunal Superior do Trabalho.

Certificado de Regularidade Do FGTS

O acesso ao certificado de Regularidade do FGTS também é realizado por meio do número do CNPJ de uma organização, e comprova a conformidade da organização com relação ao pagamento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) de seus funcionários.

Normalmente, quando uma organização está com o status irregular, esta possui pendências junto à Caixa Econômica Federal ou não está recolhendo o FGTS conforme a legislação trabalhista exige.

A sua emissão pode ser realizada no sítio web da Caixa Econômica Federal

Estatuto Social

O Estatuto Social define as normas que regem o funcionamento da organização e que, necessariamente, deve estar registrado em cartório. A partir do Estatuto Social, é possível verificar se todas as obrigações e regras que o constituem estão sendo, de fato, cumpridas pela organização. Os termos utilizados nos estatutos podem variar de uma organização para outra, mas, no geral, a estrutura do documento é muito similar.

Ao acessar o Estatuto Social de uma organização, o investidor tem acesso a informações referentes às atividades que a organização está autorizada a executar; atividades previstas para a geração de receita da organização; tipos de recursos que a organização está autorizada a receber; direitos e deveres de Associados, Conselheiros, cargos estatutários e executivos; dentre outras delimitações básicas sobre o funcionamento da mesma.

[No caso de Fundações, deverá constar também do documento de constituição o valor do patrimônio inicial, a composição do Conselho Curador e as obrigações quanto à prestação de contas junto a seus Conselheiros e à fiscalização prevista em lei pelo Ministério Público da Unidade Federativa de fundação.]

Os primeiros elementos a serem verificado no Estatuto são as Atividades Previstas e a constituição de seu Patrimônio e Fontes de Recursos. As atividades previstas devem englobar as possibilidades de atuação, considerando inclusive aquelas sujeitas a

regulamentações específicas ou que poderão afetar o enquadramento em Leis de Incentivo ou o status de imunidade ou isenção tributária. No caso do Patrimônio e Fontes de Recursos, devem-se prever eventuais restrições ao recebimento de doações e requisitos para co-financiamento.

Na sessão “Administração” ou “Governança” são definidas as regras de composição dos órgãos de governança da organização, como, por exemplo, o número mínimo de membros de cada tipo de Conselho, a duração do mandato dos Conselheiros, as alçadas de decisão de cada órgão de governança, entre outras informações. Para garantir que estas regras estejam sendo seguidas, é necessário solicitar, além do Estatuto Social, a última Ata de Reunião de Assembleia Geral (em caso Associações) ou do Conselho Curador (no caso de Fundações), onde estará descrita a data da última reunião e os membros vigentes dos órgãos de governança. É importante verificar se o mandato de todos os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria estão vigentes.

Por fim, deve-se verificar se existe alguma exigência no Estatuto quanto à obrigação de auditoria externa das demonstrações financeiras por um escritório independente, bem como a necessidade de submissão e aprovação das contas anuais (ou mesmo de modo mais frequente) por seu Conselho Fiscal e/ou Deliberativo ou Conselho Curador.

Obs.: As Atas de Reunião necessitam estar registradas em cartório.

Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial

Por meio da DRE é possível verificar a execução orçamentária anual da organização. Muitos investidores estabelecem uma política de não realizar uma doação superior a um determinado percentual do orçamento anual da instituição. Isso se deve à preocupação pelo desenvolvimento de uma forte relação de dependência, na qual a não renovação da doação nos períodos subsequentes possa ameaçar a continuidade das iniciativas da organização.

Muitas vezes, potenciais financiadores também se interessam por saber quais são as fontes de recursos utilizadas pela organização (e o percentual de relevância de cada uma) e a identificação dos principais doadores e patrocinadores. Essas informações podem constar no DRE (dependendo do nível de detalhamento do demonstrativo), ou pode ser necessário o pedido de relatórios gerenciais adicionais.

Sempre que possível, a FUNDAÇÃO deverá solicitar estimativas de receitas/gastos com gratuidades e trabalhos voluntários, conforme resolução do Conselho Federal de Contabilidade e instrução da Receita Federal. Essas estimativas ajudarão a dimensionar o impacto de eventual desmobilização de pessoal sobre as atividades da organização e sua sustentabilidade.

Além disso, e tendo por base parâmetros de eficiência nacionais e internacionais, deverão criar-se indicadores financeiros e de gestão, como a participação das despesas administrativas sobre orçamento total entre outras, a fim de acompanhar a evolução das organizações, o cumprimento de cláusulas contratuais ou mesmo como critério de seleção entre organizações similares (útil no caso de seleção por editais).

Quanto ao Balanço Patrimonial, cabe checar a existência de passivos fiscais e trabalhistas, bem como a constituição de fundos de reserva/contingência de modo à organização estar preparada para afrontar períodos de queda de receita e/ou aumento repentino de despesas.

Outros documentos recomendáveis para o processo de validação

- **Certificações e Alvarás de Funcionamento no Âmbito Estadual ou Municipal:** É importante ressaltar que em cada Estado existem diferentes tipos de certidões, com formatos e validades diferentes e o mesmo se aplica para as certidões emitidas em âmbito municipal. Sendo assim, a depender do escopo geográfico delimitado para a seleção de projetos, é preciso realizar pesquisas específicas em órgãos públicos de cada localidade em questão. Para isso, será necessário pedir para a organização os números de registro municipal e estadual de sua região.
- **Certidão Tributária Imobiliária:** Para organizações do Estado de São Paulo, é possível obter a Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários. Esse documento é emitido pelas prefeituras locais, e pode ser consultado por meio do CNPJ das organizações. Sua finalidade é indicar a regularidade fiscal da organização no que concerne às obrigações fiscais com o Imposto Sobre Serviços (ISS), Taxa de Fiscalização de Anúncio (TFA), Taxa de Fiscalização de Estabelecimento (TFE/TLIF), Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
- **Lei de Incentivo ao Esporte:** Em caso de apoio a organizações que possuem projetos dentro da Lei do Incentivo ao Esporte, é interessante verificar se o projeto apoiado se encontra sob o escopo da lei e, caso sim, se está apto a captar, quem são os seus patrocinadores e qual é o valor investido por cada financiador. As informações podem ser acessadas por meio do site da Secretaria Especial do Esporte a partir do nome da organização ou do projeto.
- **Lei de Incentivo à Cultura:** O mesmo se aplica às organizações com projetos inscritos na Lei de Incentivo à Cultura, que disponibiliza em sua página online as informações sobre propostas apresentadas e projetos aprovados, com dados básicos sobre a captação e execução destes a partir da consulta por meio do nome do projeto, do proponente ou do incentivador.

4. Visita às organizações

Quando possível, a realização de visitas às organizações de interesse, constitui-se em etapa de grande relevância, uma vez que possibilita ao Investidor Social o contato pessoal com a equipe da organização, sua estrutura de trabalho e atividades desenvolvidas. Por meio desta ação, pode-se verificar se os conteúdos que a organização comunica em suas redes sociais, site e relatórios, de fato, coincidem com a realidade.

O planejamento prévio é essencial para que haja o maior aproveitamento da visita. Primeiramente, é importante identificar um ponto de contato dentro da organização, com o qual seja possível alinhar expectativas quanto aos objetivos da visita: Quando a visita acontecerá? Qual o tempo de duração esperado? Quais informações deseja adquirir? Deseja conversar com outras pessoas da organização ou com o público atendido? Acompanhar alguma atividade específica?

Preferencialmente, a visita deve ser guiada por um representante com mais tempo de experiência na organização, com amplo conhecimento do histórico e de todas as atividades realizadas por esta. É essencial que a pessoa seja capaz de responder tanto

a perguntas mais estratégicas e de procedimentos internos, quanto a perguntas referentes a operações na ponta.

Se possível, é interessante que o dia da visita coincida com as atividades realizadas pela organização junto a eventuais beneficiários, de modo que seja possível observar seus projetos em execução e conversar com beneficiários e outras partes interessadas (*stakeholders*) que possam oferecer diferentes perspectivas sobre a iniciativa e a organização como um todo. Além disso, é fundamental ler (ou reler) os materiais disponíveis sobre a organização de modo a levar para a visita questões importantes e estratégicas quanto a governança, gestão, finanças e metodologia de trabalho.

Durante a realização da visita, é importante observar alguns aspectos da organização, como:

- Infraestrutura das instalações e de equipamentos
- Número de funcionários
- Relacionamento entre liderança e colaboradores

Após a visita, é de bom costume conceder um retorno à organização, mesmo que a decisão seja pelo não apoio financeiro. Uma devolutiva simples pode auxiliar e orientar a organização na aderência a melhores práticas, de modo que esta venha a se desenvolver positivamente.

APÊNDICE #1: Exemplo de Organizações e Projetos Sociais (não exaustivo)

Atuação e Período de Estudo	Primeira Infância	Educ. Básica	Educ. Superior	Ens. Técnico, Vocacional, Mercado de Trabalho	Soft-skills e Hard-Skills
Operação e suporte direto aos beneficiários	ASA Liga Solidária	Ismart Projeto Gauss Alicerce Solar Meninos de Luz Instituto Alpha Lumen ETE FMC (S.R.Sapucai) Guri Projetos para uma escola antirracista	Instituto Semear Programas de Bolsas	G.Falcões Proa CEAP ETE FMC (S.R.Sapucai) Carambola Formare Feira Preta	Cidadão Pró-Mundo Fundação Estudar Universidades Corporativas
Apoio à Gestão Pública	Escola de Educadores	Parceiros da Educação IASenna Todos pela Educação Instituto Sicredi	Endowments de Universidades (Amigos da Poli, Lumina/Unicamp, AAA PUC-RJ)	Endowments de Institutos Federais Instituto Sicoob	-

APÊNDICE #2: Ranking John Hattie com 252 intervenções e seus efeitos sobre os resultados/aprendizagem dos estudantes

(Fonte: <https://visible-learning.org/> e <https://visible-learning.org/wp-content/uploads/2018/03/VLPLUS-252-Influences-Hattie-ranking-DEC-2017.pdf>)

STUDENT	ES
Prior knowledge and background	
Field independence	0.68
Non-standard dialect use	-0.29
Piagetian programs	1.28
Prior ability	0.94
Prior achievement	0.55
Relating creativity to achievement	0.40
Relations of high school to university achievement	0.60
Relations of high school achievement to career performance	0.38
Self-reported grades	1.33
Working memory strength	0.57
Beliefs, attitudes and dispositions	
Attitude to content domains	0.35
Concentration/persistence/engagement	0.56
Grit/incremental vs. entity thinking	0.25
Mindfulness	0.29
Morning vs. evening	0.12
Perceived task value	0.46
Positive ethnic self-identity	0.12
Positive self-concept	0.41
Self-efficacy	0.92
Stereotype threat	0.33
Student personality attributes	0.26
Motivational approach, orientation	
Achieving motivation and approach	0.44
Boredom	-0.49
Deep motivation and approach	0.69
Depression	-0.36
Lack of stress	0.17
Mastery goals	0.06
Motivation	0.42
Performance goals	-0.01
Reducing anxiety	0.42
Surface motivation and approach	-0.11
Physical influences	
ADHD	-0.90
ADHD – treatment with drugs	0.32
Breastfeeding	0.04
Deafness	-0.61
Exercise/relaxation	0.26
Gender on achievement	0.08
Lack of illness	0.26
Lack of sleep	-0.05
Full compared to pre-term/low birth weight	0.57
Relative age within a class	0.45

PAGE 1 of 2 | November 2017

CURRICULA	ES
Reading, writing and the arts	
Comprehensive instructional programs for teachers	0.72
Comprehension programs	0.47
Drama/arts programs	0.38
Exposure to reading	0.43
Music programs	0.37
Phonics instruction	0.70
Repeated reading programs	0.75
Second/third chance programs	0.53
Sentence combining programs	0.15
Spelling programs	0.58
Visual-perception programs	0.55
Vocabulary programs	0.62
Whole language approach	0.06
Writing programs	0.45
Math and sciences	
Manipulative materials on math	0.30
Mathematics programs	0.59
Science programs	0.48
Use of calculators	0.27
Other curricula programs	
Bilingual programs	0.36
Career interventions	0.38
Chess instruction	0.34
Conceptual change programs	0.99
Creativity programs	0.62
Diversity courses	0.09
Extra-curricula programs	0.20
Integrated curricula programs	0.47
Juvenile delinquent programs	0.12
Motivation/character programs	0.34
Outdoor/adventure programs	0.43
Perceptual-motor programs	0.08
Play programs	0.50
Social skills programs	0.39
Tactile stimulation programs	0.58

HOME	ES
Family structure	
Adopted vs non-adopted care	0.25
Engaged vs disengaged fathers	0.20
Intact (two-parent) families	0.23
Other family structure	0.16
Home environment	
Corporal punishment in the home	-0.33
Early years' interventions	0.44
Home visiting	0.29
Moving between schools	-0.34
Parental autonomy support	0.15
Parental involvement	0.50
Parental military deployment	-0.16
Positive family/home dynamics	0.52
Television	-0.18
Family resources	
Family on welfare/state aid	-0.12
Non-immigrant background	0.01
Parental employment	0.03
Socio-economic status	0.52

SCHOOL	ES
Leadership	
Collective teacher efficacy	1.57
Principals/school leaders	0.32
School climate	0.32
School resourcing	
External accountability systems	0.31
Finances	0.21
Types of school	
Charter schools	0.09
Religious schools	0.24
Single-sex schools	0.08
Summer school	0.23
Summer vacation effect	-0.02
School compositional effects	
College halls of residence	0.05
Desegregation	0.28
Diverse student body	0.10
Middle schools' interventions	0.08
Out-of-school curricula experiences	0.26
School choice programs	0.12
School size (600-900 students at secondary)	0.43
Other school factors	
Counseling effects	0.35
Generalized school effects	0.48
Modifying school calendars/timetables	0.09
Pre-school programs	0.28
Suspension/expelling students	-0.20

The Visible Learning research synthesises findings from **1,400** meta-analyses of **80,000** studies involving **300** million students, into what works best in education.

Key for rating

- Potential to considerably accelerate student achievement
- Potential to accelerate student achievement
- Likely to have positive impact on student achievement
- Likely to have small positive impact on student achievement
- Likely to have a negative impact on student achievement

ES Effect size calculated using Cohen's *d*



The Visible Learning[®] program materials are licensed from the Visible Learning Limited Partnership and Cognition Education Group



CLASSROOM	ES
Classroom composition effects	
Detracking	0.09
Mainstreaming/Inclusion	0.27
Multi-grade/age classes	0.04
Open vs. traditional classrooms	0.01
Reducing class size	0.21
Retention (holding students back)	-0.32
Small group learning	0.47
Tracking/streaming	0.12
Within class grouping	0.18
School curricula for gifted students	
Ability grouping for gifted students	0.30
Acceleration programs	0.68
Enrichment programs	0.53
Classroom influences	
Background music	0.10
Behavioral Intervention programs	0.62
Classroom management	0.35
Cognitive behavioral programs	0.29
Decreasing disruptive behavior	0.34
Mentoring	0.12
Positive peer influences	0.53
Strong classroom cohesion	0.44
Students feeling disliked	-0.19

Key for rating

- Potential to considerably accelerate student achievement
- Potential to accelerate student achievement
- Likely to have positive impact on student achievement
- Likely to have small positive impact on student achievement
- Likely to have a negative impact on student achievement

ES Effect size calculated using Cohen's *d*

TEACHER	ES
Teacher attributes	
Average teacher effects	0.32
Teacher clarity	0.75
Teacher credibility	0.90
Teacher estimates of achievement	1.29
Teacher expectations	0.43
Teacher personality attributes	0.23
Teacher performance pay	0.05
Teacher verbal ability	0.22
Teacher-student interactions	
Student rating of quality of teaching	0.50
Teachers not labeling students	0.61
Teacher-student relationships	0.52
Teacher education	
Initial teacher training programs	0.12
Micro-teaching/video review of lessons	0.88
Professional development programs	0.41
Teacher subject matter knowledge	0.11

The Visible Learning research synthesises findings from **1,400** meta-analyses of **80,000** studies involving **300** million students, into what works best in education.

TEACHING: Focus on student learning strategies	ES
Strategies emphasizing student meta-cognitive/self-regulated learning	
Elaboration and organization	0.75
Elaborative Interrogation	0.42
Evaluation and reflection	0.75
Meta-cognitive strategies	0.60
Help seeking	0.72
Self-regulation strategies	0.52
Self-verbalization and self-questioning	0.55
Strategy monitoring	0.58
Transfer strategies	0.86
Student-focused interventions	
Aptitude/treatment interactions	0.19
Individualized instruction	0.23
Matching style of learning	0.31
Student-centered teaching	0.36
Student control over learning	0.02
Strategies emphasizing student perspectives in learning	
Peer tutoring	0.53
Volunteer tutors	0.26
Learning strategies	
Deliberate practice	0.79
Effort	0.77
Imagery	0.45
Interleaved practice	0.21
Mnemonics	0.76
Note taking	0.50
Outlining and transforming	0.66
Practice testing	0.54
Record keeping	0.52
Rehearsal and memorization	0.73
Spaced vs. mass practice	0.60
Strategy to integrate with prior knowledge	0.93
Study skills	0.46
Summarization	0.79
Teaching test taking and coaching	0.30
Time on task	0.49
Underlining and highlighting	0.50

TEACHING: Focus on teaching/instructional strategies	ES
Strategies emphasizing learning intentions	
Appropriately challenging goals	0.59
Behavioral organizers	0.42
Clear goal intentions	0.48
Cognitive task analysis	1.29
Concept mapping	0.64
Goal commitment	0.40
Learning goals vs. no goals	0.68
Learning hierarchies-based approach	0.19
Planning and prediction	0.76
Setting standards for self-judgement	0.62
Strategies emphasizing success criteria	
Mastery learning	0.57
Worked examples	0.37
Strategies emphasizing feedback	
Classroom discussion	0.82
Different types of testing	0.12
Feedback	0.70
Providing formative evaluation	0.48
Questioning	0.48
Response to intervention	1.29
Teaching/instructional strategies	
Adjunct aids	0.32
Collaborative learning	0.34
Competitive vs. individualistic learning	0.24
Cooperative learning	0.40
Cooperative vs. competitive learning	0.53
Cooperative vs. individualistic learning	0.55
Direct instruction	0.60
Discovery-based teaching	0.21
Explicit teaching strategies	0.57
Humor	0.04
Inductive teaching	0.44
Inquiry-based teaching	0.40
Jigsaw method	1.20
Philosophy in schools	0.43
Problem-based learning	0.26
Problem-solving teaching	0.68
Reciprocal teaching	0.74
Scaffolding	0.82
Teaching communication skills and strategies	0.43

TEACHING: Focus on implementation method	ES
Implementations using technologies	
Clickers	0.22
Gaming/simulations	0.35
Information communications technology (ICT)	0.47
Intelligent tutoring systems	0.48
Interactive video methods	0.54
Mobile phones	0.37
One-on-one laptops	0.16
Online and digital tools	0.29
Programmed instruction	0.23
Technology in distance education	0.01
Technology in mathematics	0.33
Technology in other subjects	0.55
Technology in reading/literacy	0.29
Technology in science	0.23
Technology in small groups	0.21
Technology in writing	0.42
Technology with college students	0.42
Technology with elementary students	0.44
Technology with high school students	0.30
Technology with learning needs students	0.57
Use of PowerPoint	0.26
Visual/audio-visual methods	0.22
Web-based learning	0.18
Implementations using out-of-school learning	
After-school programs	0.40
Distance education	0.13
Home-school programs	0.16
Homework	0.29
Service learning	0.58
Implementations that emphasize school-wide teaching strategies	
Co- or team teaching	0.19
Interventions for students with learning needs	0.77
Student support programs – college	0.21
Teaching creative thinking	0.34
Whole-school improvement programs	0.28

APÊNDICE #3: Compilado de Estudos SROI e Análises Custo-Benefício com intervenções no campo educacional (não exaustivo)

Intervenção	Público	Região/Estado	Metodologia	Retorno sobre Investimento	Organização	Nome do Projeto
Programa de melhoria na qualidade de ensino para crianças de 0 a 5 anos, por meio da capacitação de educadores, apoio a infraestrutura educacional e apoio ao desenvolvimento de projetos e líderes comunitários,	Educadores, familiares e crianças de 0 a 5 anos	Estado de São Paulo / Vale do Paraíba	SROI avaliativo acreditado	4,08	Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP)	Valorizando uma Infância Melhor
Promoção da melhoria na qualidade de vida de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de cursos de educação profissional técnica.	Jovens (a partir de 14 anos) cursando o Ensino Médio do Ensino Regular	São Paulo/Pedreira	SROI avaliativo não-acreditado	3,00	Centro Educacional Assistencial Profissionalizante (CEAP)	Cursos Técnicos CEAP
Formação artística profissionalizante para que jovens possam desenvolver seu potencial de criação artística e implementar projetos sociais e culturais em suas comunidades, promovendo acesso à cultura e transformação social.	Jovens (17- 23 anos) em situação de vulnerabilidade e risco social	São Paulo	SROI avaliativo não-acreditado	2,61	Doutores da Alegria	Programa de Formação de Palhaço para Jovens (PFPJ)
Projeto-piloto para estabelecimento de política pública para a primeira infância no Amazonas, visando o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos das comunidades ribeirinhas, a partir do aprimoramento das visitas domiciliares e apoio aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e cuidadores de crianças.	Agentes Comunitários de Saúde Cuidadores Gestantes Crianças (0 –3) anos Crianças (3 – 6)	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro (AM)	SROI avaliativo não-acreditado	2,82	Fundação Amazônia Sustentável (FAS) Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Susam) Fundação Bernard van Leer (FBvL) IDIS	Primeira Infância Ribeirinha (PIR)
Ensino Médio e técnico da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE FMC), localizada em Santa Rita do Sapucaí (considerada o Vale do Silício brasileiro), reconhecida amplamente pela sua qualidade de ensino e formação de profissionais de excelência.	Alunos, ex-alunos e professores	Santa Rita do Sapucaí (MG)	SROI avaliativo não-acreditado	2,92	Jesuítas Brasil	ETE FMC
Programa educacional baseado em metodologia de pedagogia ativa e desenvolvimento de projetos multidisciplinares, com objetivo de contribuir com a educação pública e formar cidadãos que contribuam para suas comunidades.	Alunos do ensino fundamental I	Brasil	SROI avaliativo não-acreditado	4,07	Sicredi	Programa A União Faz a Vida
Programa de ensino complementar com foco no desenvolvimento musical (inclusive alta-performance) e inclusão sociocultural de crianças e adolescentes. Contempla também o o envolvimento de familiares e comunidades através da realização de apresentações ao público.	Alunos (Crianças de 6-9 anos e Adolescentes de 10-18 anos) Famílias Professores	Estado de São Paulo	SROI	6,53	Santa Marcelina Cultura Guri	Programa Guri
Formação continuada de professores, apoio a equipe gestora de escolas públicas e reforço escolar	Alunos (7-18 anos), Professores e Equipe Gestora de Escolas Públicas	Estado de São Paulo	SROI	em andamento	Parceiros da Educação	Programa de parcerias com escolas e redes de ensino municipais

Intervenção	Público	País/Região	Metodologia	Retorno sobre Investimento	Organização	Nome do Projeto
Projeto de aprendizado por meio da experiência em salão de beleza, com objetivo de ensinar alunos, por meio de jogos e atividades recreativas, sobre o funcionamento do estabelecimento e práticas profissionais atreladas a este.	Alunos da pré-escola	Taiwan	SROI preditivo acreditado	1,88	The little shopkeeper experience camp (LSEC)	
Investimento em recursos humanos e espaço recreativo (playwork) para crianças, jovens e comunidade em geral de Wrexham.	Crianças, jovens, famílias e comunidade de Wrexham	País de Gales	Análise Custo-Benefício	4,6	Communities First	Playwork in Wrexham
Suporte e acompanhamento de crianças no período pós-aula, por meio de atividades de contraturno e fortalecimento de rede comunitária, de modo que tenham acesso a ambientes seguros e que contribuam para o seu desenvolvimento.	Crianças em situação de vulnerabilidade social	Taiwan	SROI avaliativo acreditado	4,26	CTBC Charity Foundation	Taiwan Dream Project on the Dahu community
Criação de oportunidades de emprego e oferta de educação, treinamento e orientação profissional para jovens infratores, contribuindo para a reintegração social e econômica nas comunidades em que vivem.	Jovens, familiares dos participantes, empregadores do projeto, Departamento de Serviços Corretivos, Serviço de Polícia da Austrália, Escritório de Impostos do governo australiano.	Austrália	SROI avaliativo não-acreditado	2,33	Socialsuite YMCA	YMCA's Bridge Project
Endereçamento de problemas associados a ausência de habitações adequadas ou acessíveis para jovens em situação de vulnerabilidade, fornecendo acomodação seguras e estáveis, e oferta de bolsas para custeio da educação e treinamento destes jovens.	Jovens (12-25 anos) moradores de rua ou sob o risco de se tornarem moradores de rua	Austrália	SROI avaliativo não-acreditado	4,17	Kids Under Cover	The Studio Program
Programa de apoio a famílias com crianças com necessidades médicas por meio de serviços ofertados em 4 casas Ronald McDonald e 2 quartos familiares em hospitais, de modo que a família se torne participante ativa no cuidado das crianças.	Famílias com crianças com necessidades médicas e hospitalares	Itália	SROI avaliativo não-acreditado	3,15	Ronald McDonalds Italy	Ronald McDonald House Charity Italy
Projeto de treinamento em mídias e tecnologia da informação e comunicação para jovens no Quênia, de modo a oferecer oportunidades educacionais, profissionais e de crescimento econômico e evitar riscos vinculados a prostituição e HIV.	Mulheres de 16-24 anos	Quênia	SROI avaliativo acreditado	2,1	Community Media Trust (CoMeT)	WezeshDada project
Modelo de reforma escolar com objetivo de desenvolver a capacidade de leitura em crianças do ensino fundamental, a partir da ênfase na fonética, compreensão e técnicas de aprendizagem cooperativas.	Alunos do ensino básico	EUA	Análise Custo-Benefício	2,38	Política Pública	Success for All (SFA)
Modelo de reforma escolar para melhoria do desempenho acadêmico de escolas de ensino secundário e estudantes em situação de vulnerabilidade, a partir de pesquisas sobre como os jovens se desenvolvem e como as escolas podem promover o envolvimento e a aprendizagem dos alunos.	Alunos de escolas de ensino secundário (5-17 anos)	Minnesota (EUA)	Análise Custo-Benefício	6,72	Política Pública	First Things First
Iniciativa de reforma educacional que visa melhorar o desempenho acadêmico dos alunos em escolas de ensino médio, caracterizadas por problemas de frequência, disciplina, desempenho e taxas de evasão dos alunos.	Alunos do ensino médio	EUA	Análise Custo-Benefício	6,56	Política Pública	Talent Development
Estratégia de prevenção do abandono escolar que se baseia no monitoramento próximo do desempenho escolar do aluno e na atenção individualizada para estes, por meio da parceria com funcionários das escolas, familiares e prestadores de serviços comunitários.	Alunos do ensino médio	EUA	Análise Custo-Benefício	4,77	Política Pública	Check & Connect